

PARLAMENTO EUROPEU



EDIÇÃO ESPECIAL

*DIRECÇÃO DA PROGRAMAÇÃO
DOS TRABALHOS PARLAMENTARES*

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO EUROPEU, 17 de Fevereiro de 2003 BRUXELAS

**DISCURSO DO PRESIDENTE PAT COX
CONCLUSÕES DA PRESIDÊNCIA**



01/S-2003

CORRIGENDUM du parágrafo 11 do discurso em português e dinamarquês

Direcção-Geral da Presidência

PT

PT

(Intranet) <http://www.euoparl.ep.ec/bulletins> (Special Edition 2003)
(Internet) <http://www.euoparl.eu.int/bulletins> (Special Edition 2003)

\\EPADES\PUBLIC\SOMMET\Bruxelles

DISCURSO

pronunciado pelo Presidente do Parlamento Europeu,

Sr Pat COX

**perante o Conselho Europeu Extraordinário
sobre o Iraque**

de 17 de Fevereiro de 2003

em Bruxelas

Texto integral do discurso

**Discurso de Pat Cox, Presidente do Parlamento Europeu,
ao Conselho Europeu Extraordinário sobre o Iraque
Bruxelas, 17 de Fevereiro de 2003**

1. Gostaria de agradecer à Presidência grega por ter tomado a iniciativa de convocar este Conselho Extraordinário. Tratava-se de um desejo já expresso pelo Parlamento Europeu. Alguns interrogavam-se sobre a oportunidade de convocar ou não esta Cimeira ou sobre a altura adequada para o fazer, mas consideramos que a Presidência teve toda a razão em conferir prioridade à procura de uma maior coerência na posição dos Estados-Membros, com vista a promover uma abordagem comum e a demonstrar a solidariedade necessária entre todos nós por intermédio da Presidência.
2. O Parlamento Europeu, enquanto tribuna dos cidadãos, é, de certo modo, um indicador da opinião pública. Reconheço inteiramente que a guerra e a paz são, antes e acima de tudo, questões da competência dos Estados-Membros. As Nações Unidas são uma organização intergovernamental em que os Estados-Membros estão representados. Gostaria, no entanto, de vos dar a conhecer os pontos de vista do Parlamento.
3. Esses pontos de vista, recentemente expostos, podem ser sintetizados como segue:
 - o Iraque deve desarmar-se,
 - apoiamos o trabalho dos inspectores de armamento,
 - opomo-nos a uma acção militar preventiva unilateral,
 - insistimos no respeito do multilateralismo através do processo das Nações Unidas e
 - procuramos o máximo consenso a nível europeu.

O Parlamento Europeu, que, como tal, representa o sentimento actual dos cidadãos da Europa, não está convencido de que uma intervenção militar se justifique neste momento.

4. A mensagem inequívoca do Parlamento e, com efeito, de todas as nossas instituições, tem de ser que Bagdade deve cumprir a resolução 1441 da ONU, deve desarmar-se e deve fornecer provas verificáveis desse desarmamento. O ónus inelutável dessa verificação recai sobre Saddam Hussein.
5. Contudo, temos igualmente de reconhecer que a vontade demonstrada pelo regime iraquiano de cooperar de forma mais plena com os inspectores do desarmamento não é uma brusca conversão benigna ao primado do direito internacional, mas um reconhecimento do peso unânime do Conselho de Segurança das Nações Unidas por trás da resolução 1441, apoiada pela ameaça credível de uso da força em caso de não cumprimento. Reconhecemos, como é natural, que a força só deve ser utilizada em última instância. Quanto mais unidos estivermos, melhor Saddam Hussein compreenderá. Não há escolha.

6. Há que manter a pressão. A não prestação de "uma cooperação activa, incondicional e imediata" por parte de Saddam Hussein torná-lo-á responsável pelas graves consequências que daí advierem. A credibilidade da ONU implica que, sempre que necessário, todos os Estados-Membros devem mostrar-se dispostos a aplicar integralmente as decisões do Conselho de Segurança. Apelo a todos os Chefes de Estado e de Governo para que reconheçam que o verdadeiro multilateralismo não pode ser um multilateralismo *à la carte*. É assim que as coisas devem ser vistas.
7. Mas o nosso objectivo europeu comum deve ir para além da questão imediata do Iraque. Temos aspirações comuns. Desde o 11 de Setembro, nós, os europeus, temos contribuído plenamente para a luta a nível mundial contra o terrorismo. Desenvolvemos uma abordagem relativamente ao Médio Oriente que constitui a única perspectiva para a reconciliação e a reconstrução da região. O Parlamento Europeu pede-vos que insistam na publicação imediata do "roteiro" como um primeiro e necessário passo. Devemos também desenvolver e aperfeiçoar a nossa visão sobre o futuro do Médio Oriente, sobre as nossas relações com o mundo árabe e Israel e sobre um mundo sem terrorismo. Em poucas palavras, temos de aumentar a capacidade de acção da União Europeia.
8. No que se refere à questão das armas de destruição em massa, o Iraque é um perigo central entre outros de uma derrapagem para um mundo mais caótico, menos seguro, mais perigoso. Temos de desenvolver a partir daqui uma vontade de aprender, uma visão europeia e uma capacidade de assumir uma verdadeira liderança a nível global, em conformidade com os nossos valores, com base numa avaliação comum da ameaça, numa política de resposta proporcionada e numa filosofia e prática imbuídas de um multilateralismo efectivo. Os europeus precisam de agir em conjunto. De nada serve lamuriarmo-nos, se e quando são outros que agem ou arcam com as responsabilidades na ausência de uma acção europeia. Nada fazer face a esta ameaça não é uma opção viável. Como vimos no último fim-de-semana, com as importantes manifestações da sociedade civil, há um grande interesse no trabalho que aqui estamos a fazer hoje. Os cidadãos europeus têm todo o direito de contar com uma liderança europeia e com uma visão clara.
9. E, se permitirmos que as divisões europeias prevaleçam, quem triunfará serão ditadores como Saddam Hussein. Se sujeitarmos a uma tensão excessiva as nossas alianças tradicionais, estaremos a prestar um serviço aos ditadores e não aos democratas. Se, por outro lado, acreditarmos que o método, a Carta e o Conselho de Segurança das Nações Unidas são os únicos instrumentos que permitem estabelecer uma nova ordem mundial pacífica, não devemos fazer nada susceptível de comprometer a credibilidade das Nações Unidas nem a sua capacidade para agir em todas as circunstâncias.

As aspirações da União Europeia são, como as da ONU, pacíficas, mas não pacifistas. A nossa abordagem é multilateral e não unilateral. A nossa visão é global e partilhada. Temos, por conseguinte, o dever de desenvolver uma abordagem europeia, fiel a estes valores e determinada a utilizar todos os meios multilaterais para assegurar a plena observância das resoluções da ONU.

10. Não estamos apenas perante um importante desafio político, mas também face a um desafio humanitário. Com os líderes dos grupos políticos do Parlamento Europeu, encontrei-me esta tarde com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, que falou sobre a precária situação humanitária no Iraque. Seja qual for o resultado desta crise, a prudência exige que antecipemos e elaboremos planos apropriados para lidar com aquilo que é, potencialmente, uma grave tragédia humanitária. Ofereço a cooperação do Parlamento Europeu em quaisquer diligências nesse sentido com o Conselho e a Comissão.
11. Assim, Sr. Presidente, o Parlamento Europeu apela a Vossa Excelência e aos Chefes de Estado e de Governo aqui presentes para que trabalhem em conjunto pelo máximo, e não pelo mínimo, denominador comum, para que expressem e elaborem uma abordagem europeia no tocante ao problema imediato de desarmar Saddam Hussein, às questões mais vastas da paz e da segurança no Médio Oriente e a uma perspectiva europeia mais ampla relativamente a políticas de não proliferação de armas de destruição maciça, o que é obrigatório e necessário.
12. Se do debate actual pudermos retirar algum ensinamento, esse será o da existência de uma manifesta separação entre as nossas aspirações e a nossa capacidade de agir. Neste momento em que estamos a debater o futuro de Europa, temos de ter consciência de que as constituições e instituições serão apenas recipientes vazios se não forem animadas por uma visão e uma vontade política determinadas. É este o desafio. Se retirarem conclusões no final desta reunião, usem-nas para infundir vida nova ao nosso objectivo comum.
